

# PARLAMENTO

## Informações para reflexão e incidência política

### Missão

Este Boletim tem a função de auxiliar à tomada de decisões e análises que apoiem a comunicação entre organismos, pastorais e redes que atuam em favor dos povos tradicionais e originários, trabalhadoras e trabalhadores rurais, agentes de pastoral e ativistas que se mobilizam em favor dos direitos humanos, da ecologia integral e em defesa do meio ambiente e dos empobrecidos pela ganância e desigualdade.

### O quê vai encontrar

Serão apresentados os projetos legislativos (projetos de lei, emendas constitucionais etc.) que estão em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e informes sobre sessões do Congresso Nacional (vetos, orçamento etc.) em áreas temáticas de interesse do **CIMI, CPT, CPP, CBJP e Rede Igrejas e Mineração**. Assim como informes sobre atividades legislativas, reuniões de grupos assessores e reflexões necessárias para entendimento das matérias legislativas em curso.



Gleisi Hoffmann expõe o "mapa da exclusão" durante entrevista

## Auxílio Brasil exclui 25 milhões de beneficiários do extinto Bolsa Família

As bancadas do PT da Câmara e do Senado criticaram o fim do Bolsa Família e apontaram que **25 milhões** de brasileiros que eram beneficiados pelo programa **serão excluídos do Auxílio Brasil**. O líder do PT na Câmara, deputado Bohn Gass (RS), afirmou que o governo destruiu uma importante rede de proteção social. Segundo ele, o Auxílio Brasil atende apenas 14 milhões de pessoas, e o Bolsa Família atendia 39 milhões.

“Congelamento do salário, inflação altíssima, famílias na miséria, custos altíssimos na comida, gasolina, gás de cozinha, sem perspectiva de crescimento econômico no Brasil e, ainda, a destruição geral em outras áreas, fez o abandono de 24 milhões do Bolsa Família.

Fonte: [Agência Câmara de Notícias](#)



Em defesa da vida, dos territórios tradicionais pesqueiros, da soberania alimentar e da democracia.

### Nos dias 21 a 25 de novembro estará acontecendo em Brasília-DF a Jornada de Lutas Grito da Pesca Artesanal 2021

Serão dias de luta contra as violações vividas por comunidades pesqueiras no Brasil.

A conjuntura política e os desafios para Pescadores e Pescadoras Artesanais e suas comunidades tradicionais têm se agravado no último período como o avanço da negação de direitos e o aprofundamento da crise econômica, social, política, sanitária e ambiental que o país atravessa.

Vai ser um momento de muita mística, luta e esperança!

Entre oficinas de estudos e debates, reuniões com o INSS, no **dia 24 às 13h** a **Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados** realizará uma **Audiência Pública** para debater a situação dos pescadores e das pescadoras artesanais e seus direitos que estão sendo ameaçados.



### Para quem serve a proposta do novo Código da Mineração?

Desde junho do presente ano, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL) instituiu o Grupo de Trabalho suprapartidário para debater e elaborar proposição legislativa destinada a alterar o Decreto-Lei 227/67 (Código de Mineração). Foram designados, no dia 16/06/2021, a Deputada Greyce Elias (Avante/MG) como relatora e o Deputado Evandro Roman (Patriota/PR) como coordenador.

A ideia dos parlamentares que seguem os interesses das grandes empresas de mineração era a de criar uma meio para acelerar a tramitação dos projetos de interesse das mineradoras. Mas, da mesma forma que ocorreu como o marco legal da mineração enviado pelo governo em 2013, como são muitos os assuntos correlatos, seria necessário a criação de uma **Comissão Especial** como ocorreu com a proposta de um novo marco legal da mineração enviada pelo executivo em 2013.

Há anos o setor tenta alterar a legislação a seu favor, por intermédio de parlamentares comprometidos com o pauta setorial, em particular em temas referentes aos “impeditivos” a mineração – Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Quilombolas, Plano Diretor, Assentamentos Rurais, entre outros. **O relatório que esse GT está apresentando fere direitos, em especial dos indígenas.**

## Plínio Valério defende instalação da CPI das ONGs no início de 2022



Em pronunciamento no Plenário do Senado Federal (16/11), o **senador Plínio Valério (PSDB-AM)** defendeu a instalação, no início de 2022, da CPI destinada à investigação das Organizações Não-Governamentais que atuam na Amazônia. **Autor do requerimento de criação da CPI**, Plínio Valério afirmou que o objetivo das apurações não é 'demonizar' todas as ONGs, mas as que estariam causando mal ao país.

— Nós, do Amazonas, não toleramos mais essa intervenção que se faz. Não se respeita o governo brasileiro, o governo local. Vêm os doadores e passam [dinheiro] diretamente para as ONGs. Essas ONGs, acredite, com algumas exceções, nos causam muito mal. E há suficiente material para que a gente inicie uma CPI — declarou.

O argumento do senador para a CPI são supostas aquisições de terras de forma ilegal por parte de entidades da sociedade civil financiadas por empresas estrangeiras. Fosse correta a argumentação, o foco seria outro e não as ONGs em geral.

Desde o governo Collor está se tentando recorrentemente colocar os apoios financeiros externos às ONGs e Pastorais sob o controle governamental para se inibir a ação de entidades que defendem os direitos humanos e as populações tradicionais. Pode ser o caso dessa CPI. (com informações da Agência Senado)

## Senado precisa cumprir compromissos na COP26 e impedir retrocesso ambiental



Em pronunciamento no Plenário do Senado Federal (16/11), o **senador Fabiano Contarato (Rede-ES)** afirmou que não bastará ao Senado ter enviado representantes para participar da COP-26, a Conferência do Clima que foi realizada em Glasgow, na Escócia, se não atuar concretamente em defesa da preservação ambiental.

Nesse sentido, Contarato disse ser **preciso impedir a aprovação de projetos contrários à garantia constitucional de um meio ambiente ecologicamente equilibrado**. Entre as proposições, o senador citou o [PL 510/2021](#), que trata da regularização fundiária, o [PL 2.159/2021](#), que dispõe sobre o licenciamento ambiental, e o PLC 490/2007, que altera o Estatuto do Índio.

— Então, que a ida a Glasgow não fique só no discurso ou na fala bonita, para tirar foto e apresentar para a população brasileira e para o mundo. Eu já falei que, assim como o ato de solidariedade, ele deve vir acompanhado com resultado, com efetividade. E essa efetividade é a gente impedir aqui, no Senado, mais retrocesso na pauta ambiental — declarou Contarato. (Agência Senado)

## Desmatou, não exporta

A Comissão da União Europeia acaba de divulgar o projeto de uma nova legislação que proíbe a compra de produtos oriundos de áreas desmatadas. O plano do bloco econômico prevê incluir a restrição a produtos como carne, madeira, café, cacau e óleo de palma de regiões desflorestadas ilegalmente. A proposta de lei visa apenas proteger as florestas, deixando outros ecossistemas vulneráveis, como savanas, que é o caso do Cerrado brasileiro e áreas úmidas como o Pantanal. Isso dá um passe livre para as indústrias de soja que abastecem fazendas industriais obterem grandes lucros destruindo outros importantes ecossistemas não florestais.

A lei cobriria apenas um número limitado de produtos ligados à destruição do ecossistema, ignorando muitos produtos ligados à destruição da natureza, como borracha, milho, carne de porco e aves. A ideia surge em paralelo aos entraves à ratificação do acordo comercial entre Mercosul e o bloco europeu, que tem entre as questões ambientais um dos seus principais impasses. O projeto segue agora para discussões entre o Parlamento Europeu e ministros dos países membros. A União Europeia é o terceiro maior mercado consumidor de alimentos do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e China. De acordo com um levantamento da WWF, o consumo de produtos como carne, óleo de palma e soja pela União Europeia é responsável por 17% do desmatamento em áreas tropicais do planeta.

A esperada nova legislação anti desmatamento é resultado da pressão de ONGs e sociedade civil.

Fonte: [www.greenpeace.org](http://www.greenpeace.org)

## Bolsonaro inventou “guerrilha terrorista” em RO para justificar ação da Força Nacional, diz procurador

Desde a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, em 2019, os integrantes da **Liga dos Camponeses Pobres (LCP)**, em Rondônia, têm vivido sob um estado permanente de sítio. Na região de Nova Mutum Paraná, em Porto Velho, além das investidas constantes de **jagunços e policiais militares**, os sem-terra enfrentam a intervenção direta do presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados no conflito. Em 7 de maio, durante a inauguração da Ponte do Abunã, que liga a capital do estado ao Acre, o mandatário fez uma ameaça direta ao grupo:

– *LCP, se prepare! Não vai ficar de graça o que vocês estão fazendo. Não tem espaço aqui para grupo terrorista. Nós temos meios de fazê-los entrar no eixo e respeitar a lei.*

Para o procurador da República Raphael Bevilaqua, do Ministério Público Federal (MPF) em Rondônia, foram essas **acusações fantasiosas** de Bolsonaro que serviram de base para justificar o envio da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) ao estado. “A FNSP foi criada para ser acionada em situações específicas e de maneira pontual, não é o caso do que está acontecendo aqui”, afirma.

A movimentação do governo federal antes do envio das tropas não se limitou ao presidente. Seu filho mais velho, o **senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ)**, esteve no estado em maio, três semanas após a ida do pai a Porto Velho. Ele é autor da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 80/2019, que flexibiliza o princípio da função social da terra**, um dos marcos constitucionais que rege a reforma agrária. No início de outubro, pouco antes da última reintegração de posse, realizada em 19 de outubro, o senador voltou a Rondônia, desta vez visitando a área de conflito. (Com informações de <https://deolhonosruralistas.com.br/>)



## CDHM aprova PL que reforça cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias aprovou (17/11) o Projeto de Lei 153/2020, de autoria do **deputado Paulão (PT/AL)** e de outros parlamentares, que dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões da Comissão Interamericana e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Segundo a proposta, de ambas as instâncias internacionais produzirão efeitos jurídicos imediatos no âmbito do ordenamento interno brasileiro.

A **deputada Vivi Reis (PSOL/PA)**, relatora da proposta, foi favorável ao PL na forma de substitutivo. A parlamentar destacou a adesão voluntária do Brasil à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 1998, por meio do Decreto Legislativo no 89/98, que aprovou a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos. "O país já recebeu condenação em nove casos julgados pela Corte e há dezenas de denúncias sendo apreciadas".

Fábria Pessoa/CDHM - Agência Câmara

## EXPERIMENTAL



As primeiras edições deste Boletim são experimentais, para que o projeto de Incidência Compartilhada, formado e mantido pelo CIMI, CPP, CPT, CBJP e pela Rede Igrejas e Mineração, possa verificar com seus leitores e suas leitoras se o formato, o conteúdo, a forma de envio e a periodicidade estão adequados.

Nos próximos números vamos incluir entre os temas tratados a agenda legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assim como a análise e informes sobre o andamento de projetos importantes nas áreas de Meio Ambiente, Mineração, Populações Originárias e Tradicionais, Reforma Agrária, Agricultura Familiar, Direitos Humanos, entre outros correlatos. Sempre que possível também vamos tratar de iniciativas legislativas estaduais e propostas de movimentos sociais nesses temas.

Agradecemos se puder nos dizer o que achou ou fazer sugestões para que este serviço possa ajudar no trabalho das pastorais da Igreja Católica e movimentos sociais.

Envie seus comentários, sugestões e posições para o endereço:

[secretaria.IC@protonmail.com](mailto:secretaria.IC@protonmail.com)